



Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação

Ecotourism: development, traditional communities and participation

Ecoturismo: desarrollo, comunidad tradicionales y participación

Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira <mcFerrazgp99@yahoo.com.br>

Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA, Brasil.

Wladimir da Silva Blos <wblos@bol.com.br>

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Professor adjunto lotado no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); professor e orientador do Mestrado em Cultura e Turismo da UESC.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 12-jul-2011

Aceite: 03-jul-2012

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

OLIVEIRA, C. A.F.; BLOS, W.S. Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.137-151, ago. 2012.

REALIZAÇÃO

ivt Instituto
Virtual de
Turismo
www.ivt-rj.net



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



Resumo: Diversas áreas naturais de importância socioambiental no Brasil agregam comunidades locais. Muitas destas comunidades residem nessas áreas e delas tiram a sua sobrevivência há muitas gerações, percebendo-as como território fundamental para sua reprodução social, cultural e econômica. O ecoturismo de base comunitária desponta como uma possibilidade para o desenvolvimento sustentável destas comunidades. Este artigo foi construído através de pesquisa bibliográfica dos marcos conceituais de desenvolvimento participativo, comunidades tradicionais e ecoturismo de base comunitária, apresentando uma discussão teórica que visa indicar relações e implicações dos temas abordados. Entre estas temáticas observou-se a necessidade de considerar a forma de organização social das comunidades locais na construção dos processos participativos. Com isso espera-se contribuir para uma reflexão sobre o ecoturismo de base comunitária em uma perspectiva em que a participação comunitária torna-se a base para uma efetiva sustentabilidade, portanto, pretende-se que a compreensão integrada dos temas abordados possa facilitar outros processos semelhantes.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Comunidades tradicionais; Ecoturismo comunitário.

Abstract: Several natural areas of environmental and social importance in Brazil join local communities. Many of these communities reside there for many generations, considering them as a crucial territory for their social, cultural and economic reproduction. The community-based ecotourism is emerging as a possibility for sustainable development in these communities. This article is based on a research of literature and presents a theoretical discussion about participatory development, traditional communities and community-based ecotourism. It thereby introduces a theoretical discussion whose goal is to expose the relationships and implications of the issues that it addresses. Among these subjects there was the need to consider how the social organization of local communities influences in building participatory processes. It is expected to contribute to a reflection on community-based ecotourism in a perspective that community involvement becomes the basis for an effective sustainability, therefore, it is intended that the integrated understanding of the related themes facilitates similar processes.

Keywords: Development; Traditional communities; Community Ecotourism.

Resumen: En varios espacios naturales de importancia ambiental y social en Brasil existen comunidades locales. En muchas de estas comunidades residen y viven muchas generaciones de familias que entienden el territorio como algo crucial para su bienestar social, cultural y económico. El ecoturismo basado en la comunidad se está convirtiendo en una posibilidad para el desarrollo sostenible en estas comunidades. En este artículo se construyó a través de la literatura y se presenta una discusión teórica sobre el desarrollo participativo, las comunidades tradicionales y de ecoturismo basados en la comunidad. Este estudio presenta una discusión teórica que tiene como objetivo indicar las relaciones y implicaciones de los temas en pauta. Entre estos temas hubo la necesidad de considerar la organización social de las comunidades locales en la construcción de procesos participativos. Con ello se espera contribuir a una reflexión sobre el ecoturismo basado en la comunidad, en una perspectiva de que la participación de la comunidad se convierte en la base de una sostenibilidad efectiva, por lo tanto, se pretende que la comprensión integrada de los procesos relacionados con los temas puede facilitar otros procesos.

Palavras clave: Desarrollo, Las comunidad tradicionales; Ecoturismo Comunitario.

Introdução

As atividades relacionadas diretamente à conservação dos ambientes naturais, a geração equitativa de benefícios sociais, culturais e econômicos na sociedade tornou-se difundida e importante nas últimas décadas devido à intensa degradação das áreas naturais, das culturas regionais e da desigualdade socioeconômica decorrente dos processos de crescimento do atual modelo econômico (FURTADO, 1996; SACHS, 1993; VEIGA, 2005).

O ecoturismo é um segmento turístico que acontece em áreas naturais que além de proporcionar atividades recreativas possui conceito e princípios que propõem contribuir para conservação da biodiversidade dentro e fora de áreas naturais protegidas¹, bem como promover melhorias na qualidade de vida das comunidades locais e regionais (SALVATI, 2003). Este segmento é apontado, por instituições públicas e privadas, como o tipo de turismo que representa uma alternativa econômica e ao mesmo tempo uma ferramenta para a conservação (EMBRATUR, IEB, 1999; MTUR, et al., 2007).

O Brasil é conhecido internacionalmente pela biodiversidade dos ambientes naturais e pela pluralidade cultural de sua população; ainda assim, a prática do ecoturismo no país apresenta amadorismo pela falta de um planejamento responsável, resultando muitas vezes em impactos negativos na área em que é desenvolvido (WWF, 2003), apesar de ocorrerem iniciativas com o intuito de ordenar e consolidar a atividade, como, por exemplo, a formulação das Diretrizes para Política Nacional de Ecoturismo e do conceito oficial do ecoturismo (BRASIL, 1994).

Estas iniciativas, para Pires (2002, p. 142), “[...] têm servido mais ao discurso retórico dos tecnocratas do governo e dos políticos [...]”. Diante da importância que o prefixo “eco” possui atualmente, empresas de turismo, com uma visão restrita de lucratividade, utilizam o ecoturismo como rótulo vendável no mercado turístico, sem considerar a responsabilidade de contribuir com o equilíbrio entre o crescimento econômico, o fortalecimento e o respeito à cultura local e a manutenção dos ecossistemas naturais. A lucratividade como interesse principal e único no desenvolvimento do turismo em áreas naturais, causa impactos negativos significativos nestas importantes áreas, que muitas vezes possui proteção especial devido a sua relevância e fragilidade socioambiental (FONTES; VITORINO; FILETTO, 2003).

O ecoturismo tem a finalidade de ser uma ferramenta para: conservação e valorização das áreas naturais; conhecimento e o fortalecimento dos elementos culturais da localidade; a solidariedade e co-responsabilidade nas ações comunitárias; geração e distribuição de renda local (CEBALLOS-LASCURRAÍN, 2005). Este objetivo amplo e, por vezes, utópico, até o momento, demonstra pouca efetividade nos destinos considerados ecoturísticos no Brasil, o que pode ser justificado pela dificuldade de transformar os meios e fins do modelo de desenvolvimento no Brasil (POLES; RABINOVICI, 2010).

Este fato resulta em um turismo nas áreas naturais que repete o modelo padrão das atividades socioeconômicas predominantes na atualidade, seguindo uma visão e ações restritas ao crescimento e lucro econômico e de experiências socioculturais superficiais entre consumidor (turista), produtor (empresa de turismo) e receptor (comunidade local), apresentando contradições ao conceito e princípios do ecoturismo.

¹ De acordo com a “*The World Conservation Union*” (IUCN) as áreas naturais protegidas são “[...] superfície de terra ou mar especialmente consagrada à proteção e preservação da biodiversidade, assim como dos recursos naturais e culturais associados, e gerenciada através de meios legais ou outros meios eficazes, são à base dos esforços da comunidade global para conservar a biodiversidade.” (LEA, M. S et al., 2006, p. 7 e 8).

No Brasil em áreas naturais protegidas, denominadas de unidades de conservação (UC) no âmbito da legislação brasileira (BRASIL, 2002), principalmente as Reservas Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)² possuem a presença de agrupamentos humanos que se aproximam do que Cândido (1964 apud VIANNA, 2008) definiu como os detentores da cultura rústica e Ribeiro (1995 apud VIANNA, 2008) como participantes de subculturas regionais.

De acordo com Boff (1995) estes agrupamentos humanos, considerados “comunidades tradicionais” na legislação e políticas públicas brasileiras (BRASIL, 2002; 2007), encerram uma compreensão da importância na integração ente os seres humanos e o planeta (BOFF, 1995). Para Diegues (1996) estas comunidades possuem formas de viver que podem servir de exemplo para sustentabilidade local, regional e nacional.

Diversos destinos ecoturísticos possuem a presença de “comunidades tradicionais” que vivem no interior ou entorno de UC’s há gerações (SANSOLO, 2009). O ecoturismo é visto como um caminho, uma opção, para a sustentabilidade e o desenvolvimento destas comunidades nas áreas naturais em que residem e utilizam (SALVATI, 2003).

Para Mattos (2009), o desenvolvimento do ecoturismo nas áreas naturais protegidas, também locais de residência a gerações por comunidades, carece do envolvimento e do protagonismo destas comunidades, o que irá depender dos interesses e as oportunidades de participação no processo.

Diante da problemática do ecoturismo no Brasil que envolve o contexto do desenvolvimento, sustentabilidade e “comunidades tradicionais”, o artigo descreve e analisa marcos conceituais destes temas e apresenta uma discussão sobre suas relações e implicações para efetivação dos princípios deste segmento turístico em áreas de importância socioambiental e cultural do Brasil.

O artigo tem como base teórica para a descrição e análise: conceitos de desenvolvimento e a inserção do adjetivo sustentável em seu contexto, discutindo a necessidade da mudança de paradigma na sociedade para aplicabilidade do desenvolvimento sustentável; apresentação e discussão sobre os conceitos de comunidades tradicionais no Brasil e a importância de seus territórios; apresentação e discussão do conceito de ecoturismo de base comunitária (EBC) relacionando desenvolvimento sustentável, comunidades tradicionais e participação.

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica (GIL, 1997). Realizou-se um levantamento e análise de literatura sobre os temas abordados, com a finalidade de compreender e refletir sobre os conceitos existentes e suas relações e usos.

Desenvolvimento e sustentabilidade

O desenvolvimento é um tema divulgado e discutido amplamente pela ciência como está presente no senso comum. Desde o início da revolução industrial, no século XIX, sobretudo na Inglaterra, este tema vem sendo apresentado e internalizado como um dos principais meios e fins para o sucesso da humanidade.

De acordo com Furtado (1996), a ideologia burguesa que estrutura e transforma o sistema capitalista e tem a finalidade de aumentar o consumo e o acúmulo de capital, vem orientando o

² Categorias de unidades de conservação de uso sustentável, que possuem objetivos próximos de proteger, em uma área delimitada, os meios de vida e cultura de comunidades residentes e usuárias há gerações, denominadas como “tradicionais”, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área (BRASIL, 2002).

modelo de desenvolvimento predominante. Este paradigma possui estratégias que convencem comunidades e sociedades a trabalharem a seu favor, acreditando que trará para maioria das pessoas melhores condições de vida.

Para Sachs (2004), a ideia de desenvolvimento em seu contexto histórico traz consigo a promessa de reparar as desigualdades entre as antigas nações metropolitanas e sua antiga periferia colonial. De acordo com Sen (1999), para a diminuição destas desigualdades e para que o ser humano alcance a meta de uma vida melhor é preciso a reaproximação entre economia, ética e política, desprezar a visão limitada da economia apenas como questões logísticas e de crescimento.

De acordo com Veiga (2005), o desenvolvimento pode ser compreendido por três pontos de vista: como sinônimo de crescimento econômico; como uma ilusão ou manipulação ideológica, através do mito do progresso; ou como “caminho do meio”, que não se restringe ao crescimento e/ou desenvolvimento econômico, mas ao envolvimento de diferentes dimensões relacionadas ao ser humano e suas ações.

Sen (1999) corrobora com Furtado (1996) a crítica sobre a visão restrita de como é orientado e medido o desenvolvimento, considerando apenas indicadores econômicos e desconsiderando que os aspectos sociais e políticos possuem a mesma importância para o bem estar do ser humano.

O conceito apresentado por Sen (1999, p. 10) é que o desenvolvimento “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente”. Este conceito denominado de “desenvolvimento como liberdade” é um processo de expansão das capacidades humanas que geram oportunidades ao indivíduo e à coletividade de levar a vida que ele(s) valoriza(m), conquistando uma liberdade substantiva que evita privações e releva as habilidades elementares do ser humano como saber ler, ter participação política e expressar sentimentos e pensamentos (SEN, 1999). O “desenvolvimento como liberdade” visa proporcionar às pessoas condições de agentes, o que pode ser definido como alguém que age e ocasiona mudança.

A questão de participação é central nos problemas que limitam o “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 1999). No Brasil e em outros países existem exemplos de ações que eliminaram tradições e manifestações culturais sobre a justificativa do “desenvolvimento econômico” e outras que impediram a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, com argumento de “preservação das tradições”. Este contexto demonstra a necessidade de envolver as pessoas locais nas decisões sobre os rumos da comunidade e os projetos relativos ao seu desenvolvimento, uma vez que promova o enfrentamento e a avaliação de oportunidades eficazes, sem a vigência de autoritarismos e as pseudolegitimidades de uns sobre outros, o que pode privilegiar os apologistas do “desenvolvimento econômico” a qualquer custo, os “protetores da tradição” em detrimento da efetiva participação dos locais nas decisões que repercutirão sobre suas tradições e vidas. Esta oportunidade efetiva de participação implica outro corolário que dificulta o “desenvolvimento como liberdade”, que é a falta de uma educação que provoque diálogos e reflexões sobre a importância dos processos de emancipação individual e coletiva (DEMO, 2008; SEN, 1999).

Durante o processo de construção do desenvolvimento em uma localidade, é necessário compreender o modo de vida e os aspectos socioambientais do local, identificando o que é realmente importante para aquela região e se os seus moradores estão tendo acesso a bens valorizados por eles, desconsiderando meios de desenvolvimento padronizados e inflexíveis (SEN, 1999).

Para Sachs (1993) é necessário um novo modelo de desenvolvimento que pode ser denominado ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável e é caracterizado como uma nova estratégia que enaltece a equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

A construção do processo para mudança de paradigmas e conseqüentemente de ações em prol do ecodesenvolvimento está sendo timidamente realizada através de eventos transnacionais sobre o tema e políticas públicas em fase de implantações. A necessidade de uma mudança no modelo de desenvolvimento é um consenso entre muitos pesquisadores. Existem diferentes denominações para este novo modelo de desenvolvimento, ocorrendo consensos de que são conceitos em construção e que a participação é essencial para mudança em prol de melhorias.

O conceito de desenvolvimento humano, cujos eixos são “equidade” e “participação”, está ainda em evolução, e se opõe a concepção neoliberal de desenvolvimento. Concebe a sociedade desenvolvida como uma sociedade equitativa, possível somente pela participação das pessoas (GADOTTI, 2000, p. 58).

A sustentabilidade muitas vezes é tratada como adjetivo do desenvolvimento. O autor Veiga (2005) chama a atenção sobre uso indevido e simplista deste adjetivo. Ressalta que é necessário fazer uma análise aprofundada do assunto. Para Sachs (1993; 2004), a sustentabilidade é uma abordagem fundamentada nas dimensões social, econômica, política, ambiental, cultural e territorial. O processo de construção do equilíbrio destas dimensões podem nos levar à sustentabilidade.

Considerando as definições de desenvolvimento e sustentabilidade apresentadas, podemos conceituar desenvolvimento sustentável como processo de construção humana que relaciona economia, sociedade, usos e funcionamento dos ecossistemas, visando à liberdade de escolha das pessoas sobre suas vidas; ao crescimento e distribuição de riqueza e renda; ao fortalecimento cultural e respeito às suas diferenças e à saúde dos ecossistemas naturais (SACHS, 2004; SEN, 1999; VEIGA, 2005).

Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável é construído por uma sociedade a qual ele denomina como “boa sociedade”: aquela que maximiza as capacidades de cada ser humano procurar sua autorrealização e felicidade e ao mesmo tempo proporciona um ambiente de convivência entre os seres vivos. Identificando as sociedades gerais como agentes protagonistas deste processo de desenvolvimento, é importante compreender que estas devem ser sujeitos e não meros objetos do “desenvolvimento” (CHAMBERS, 1986). Robinson (1990) defende que o termo “sociedade sustentável” é mais apropriado do que desenvolvimento sustentável, pois são as sociedades definidoras dos padrões de produção e consumo, bem como o bem-estar a partir de sua cultura, implicando a estas definir o tipo de desenvolvimento adotado, demonstrando que o mesmo apenas será sustentável quando a sociedade também for.

Comunidades tradicionais

[...] hoje em dia, ninguém acha que “primitivos” – se é que existe alguém que ainda use este termo – são pragmatistas simplórios que andam Tateando em busca de conforto em meio a uma névoa de superstições [...] (GEERTZ, 2008, p. 113).

A cultura de acordo com Geertz (1973) pode ser compreendida como um sistema simbólico formado por elementos que se articulam e caracterizam as formas de um indivíduo ou um grupo significar o mundo. Para uma comunidade, a forma de olhar e significar o seu universo são específicos,

reúnem símbolos que performam todo um modo de vida. A partir de sua cultura, eles interpretam o seu ambiente e constroem suas relações, tradições e costumes. Esta especificidade cultural de cada grupo caracteriza a diversidade cultural existente, ao se considerar as diferentes sociedades e comunidades.

Tradição e costume são conceitos muitas vezes confundidos como iguais ou semelhantes, que na verdade são diferenciados mesmo estando associados. Para Hobsbawm e Ranger (1984) os costumes são hábitos de uma sociedade ou comunidade que podem proceder à repetição do passado, mas que se adaptam a sua funcionalidade atual; já as tradições, além de representar uma ação já existente, tendo uma ligação estreita e fiel com o passado, possuem uma função simbólica importante para aquele grupo, a qual muitas vezes é manifestada através de ritos, não representando simplesmente um procedimento de rotina com finalidade operacional. As mudanças nos costumes provocam modificações nas tradições (HOBBSAWM ; RANGER, 1984). Estas modificações, advindas das transformações socioculturais, possibilitam a invenção das tradições que, para Hobsbawm e Ranger (1984, p. 12) “[...] é essencialmente um processo de formalização e ritualização caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.

Para Handler e Linnekin (1984, p. 279, tradução nossa), “tradição é inventada porque é necessariamente reconstruída no presente”. Uma tradição que é praticada a partir de uma manifestação cultural, sempre irá apresentar novas características e significados de acordo com as transformações socioculturais sofridas pelo grupo de quem a pratica (CARVALHO, 2007).

Comunidades, no período atual, onde costumes e procedimentos de rotina são transformados constantemente sofrendo influências no seu modo de vida e na maneira de significar o seu ambiente e ritos, o que resulta na invenção de tradições que muitas vezes utilizam elementos antigos para elaboração do novo, buscando uma originalidade própria (HOBBSAWM ; RANGER, 1984).

As interações de uma comunidade com os ambientes em que vivem e utilizam em determinado espaço influencia na formação e estabelecimento da sua cultura e tradições. Este espaço que determinada comunidade habita, utiliza e se apropria pode ser compreendido como território. O sentimento de pertencimento que as comunidades têm sobre este território é conhecido como territorialidade, a qual se manifesta, muitas vezes, na percepção de importância e de cuidado que estes têm sobre os aspectos naturais e culturais deste espaço (CLAVAL, 1999).

A concepção social de território considera o espaço percebido, representado e vivido pelas pessoas. Comunidades possuem representações simbólicas e peculiares sobre os seus espaços vividos, onde estas se impregnam das características do território assim como estes se impregnam com os usos, costumes e tradições dos seus habitantes, caracterizando uma relação dialética (BOMFIN, 2009).

No Brasil áreas naturais de grande importância ecológica são consideradas territórios de comunidades tanto por estas como por políticas públicas. Estas comunidades que vivem e utilizam áreas naturais como territórios o fazem a muitas gerações e apresentam relações estreitas com os recursos naturais desta área. São denominadas, tanto por instituições públicas e privadas como por cientistas, “comunidades tradicionais” (VIANNA, 2008).

De acordo com Vianna (2008), a expressão “comunidade tradicional” foi adotada pelo movimento ambientalista, já com influências e associações com movimentos sociais e pelo poder público, a partir da década de 80, para denominar alguns agrupamentos humanos que, de acordo com estes, viviam de forma “harmônica” e sustentável com as áreas naturais protegidas ou não, sem deixar claro o que consideram como “harmônicos” e a ausência de estudos socioculturais verdadeiramente densos sobre estas comunidades (VIANNA, 2008).

A importância e relação entre estas comunidades e as áreas naturais protegidas foram tanto identificadas em estudos quanto determinadas por políticas públicas, na tentativa de resolver ou amenizar conflitos em comunidades que utilizam e/ou residem em territórios que passam por processos de criação, gestão e manejo de UC's (VIANNA, 2008).

Dentro de uma perspectiva marxista, as “comunidades tradicionais” desenvolveram manejos específicos dos recursos naturais que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução social e cultural, como também percepções e representações dos ambientes naturais associando-se a estes e à dependência de seus ciclos (DIEGUES, 2001). Para Godelier (1984 apud DIEGUES, 2001) um dos fatores que distingue as “comunidades tradicionais” são os seus objetivos ao utilizar os recursos naturais; não visam acumular capital e sim a reprodução da solidariedade, a conservação dos bens de que necessitam para viver.

Para estas “comunidades tradicionais” a área natural em que vivem e utilizam é primordial por fornecer às comunidades os meios de subsistência, de trabalho e produção dos aspectos materiais e simbólicos das relações sociais (GODELIER, 1984 apud DIEGUES, 2001). Estas áreas naturais caracterizam, para estes grupos, a noção social de território que é primordial para a sua sustentabilidade.

As “comunidades tradicionais” não são grupos socioculturais unificados; estão divididas em subcategorias como ribeirinhos, quilombolas, pomeranos, caiçaras e outros que se dividem em etnia³ e comunidade específica. Cada comunidade apresenta as suas singularidades, com a delimitação de um território específico e uma estreita relação com o ambiente natural (VIANNA, 2008).

As características socioculturais apresentadas de forma genérica e até um pouco “romântica” de “comunidades tradicionais” demonstram um modelo de vida que consideram como primordial ao equilíbrio e à integração das dimensões da sustentabilidade. A cultura e as tradições são dinâmicas e estão sempre em constantes transformações. Muitas “comunidades tradicionais” estão em contato e interação com outros grupos, inclusive com as que vivem e difundem o neoliberalismo, o que indica que a maioria destas já não estão vivendo nos moldes apresentados (VIANNA, 2008).

Considerando a invenção das tradições (HOBSBAWM; RANGER, 1984; HANDLER; LINNEKIN, 1984), a tipologia “comunidades tradicionais” revela limites e ambiguidades. Um dos limites mais aparentes é apontado por Meneses et al. (2005).

[...] O conceito de “conhecimento tradicional” remete para a presença de um sistema homogêneo de pensamento, encobrindo o fato de que os grupos sociais renovam seus conhecimentos constantemente em função de novas experiências e novos desafios postos por circunstâncias históricas novas. A emergência do tradicional corresponderia, assim, a uma “cristalização” do étnico.” (MENESES; NUNES; SANTOS, 2005, p. 28).

Atualmente o dinamismo cultural demonstra hibridação e pluralidades em diversas regiões do globo (HALL, 2007), inclusive nos territórios ocupados por “comunidades tradicionais”. Pensar as culturas tradicionais como culturas estáticas que têm de ser preservadas e intocadas junto com a natureza e suas ilhas de preservação permanente, que não permitem a presença humana, talvez apenas dos “tradicionais”, é um equívoco.

³ A etnia pode ser entendida como elemento integrante de traços identitários culturais de grupos humanos (GANDINI, 2007).

De acordo com Vianna (2008) e Adams (2000), a categorização de comunidades que possuem estreitas relações com os recursos naturais dos seus territórios como “tradicionais”, o que vem ocorrendo e se fortalecendo no Brasil através de conceitos, leis e políticas públicas, cria oportunidade no espaço político para estas comunidades nas decisões sobre suas vidas e territórios, como também valoriza nestas singularidades culturais e históricas, categorias e subcategorias padronizadas, que lembram as imagens românticas criadas sobre povos e comunidades que eram e são denominadas como “primitivos”, “bom selvagens”, “harmônicos”, “conservacionistas” e até os “guardiões da biodiversidade”.

As autoras Adams (2000) e Vianna (2008) preocupam-se com o uso do conceito de “comunidade tradicional” e com o processo de efetivação desta política pública, que vem sendo conquistada por estas comunidades e movimentos socioambientais. Observam que estas políticas fomentam a categorização estereotipada de culturas diversificadas e autônomas, exigindo das “comunidades tradicionais” um engessamento sociocultural e grande responsabilidade sobre a conservação da biodiversidade em seus territórios, limitando processos de desenvolvimento necessários para expansão das capacidades dos membros que a formam e também de estratégias efetivas para conservação da biodiversidade.

O uso dos termos conservação, desenvolvimento e uso sustentável dos recursos naturais nos territórios como algo pertencente às tradições e costumes das “comunidades tradicionais” precisa ser revisto e refletido, considerando que o olhar e interpretação que uma comunidade tem da natureza e a forma de uso dos seus recursos é específica a cada uma delas. A natureza é definida por cada grupo social de acordo com sua cultura, sendo necessário considerar, para compreensão da relação de uma comunidade com a natureza, a ordem simbólica e material que este grupo tem com a mesma (VIANNA, 2008).

Ecoturismo de base comunitária

O turismo como deslocamento possui características socioculturais específicas que são percebidas muitas vezes pelo estudo e interpretação do olhar de quem se desloca, o “turista”. Este olhar do turista é construído por meio de signos direcionados para campos e paisagens que não são comuns no seu dia-a-dia (URRY, 1996). O turismo, além de envolver o turista também transforma o cotidiano da vida das comunidades que residem nas áreas em que esta atividade é desenvolvida.

Para Irving (2009), a atividade turística incorpora, nos últimos anos, tanto no desenvolvimento e efetivação de suas políticas públicas como nas tendências da demanda turística, compromisso com a conservação dos recursos naturais, culturas e a inclusão social das comunidades receptoras.

O contexto atual do turismo no Brasil demonstra preocupação em promover a atividade como uma importante ferramenta para o desenvolvimento e inclusão social. Este fato inclui o envolvimento comunitário como alicerce da sustentabilidade das atividades turísticas nos destinos. Para efetivação desta participação comunitária no desenvolvimento do turismo em determinado destino é preciso promover um turismo de base comunitária (TBC) que, em tese, de acordo com Irving (2009, p. 111) é o turismo que “[...] favorece a coesão e o laço social, o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento”. A Irving (2009, p. 111) descreve que este tipo de turismo representa “[...] a interpretação ‘local’ do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do

grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização”.

O ecoturismo em seu conceito e princípios pode ser considerado como uma ferramenta eficaz de promoção do desenvolvimento sustentável em áreas naturais, protegidas ou não. Esta afirmação se relaciona mais no plano da retórica do que dos fatos (BRANDON, 2005). De acordo com esta autora (2005), o ecoturismo, na maior parte dos destinos, não vem concretizando o seu objetivo de promover o desenvolvimento sustentável por duas principais razões: falta de comprometimento político dos governos para garantir a integração dos princípios ecológicos com o crescimento econômico; está sendo implantado para satisfazer interesses variados de agentes externos, ocasionando falta de integração das necessidades e preferências locais no processo de planejamento.

A falta de participação comunitária no planejamento e implantação do ecoturismo e suas consequências negativas em diferentes destinos do mundo fizeram instituições socioambientais e profissionais do setor a repensarem este segmento, chegando a conceitos, princípios e redes de trabalho que consideram como primordial para sua sustentabilidade o seu desenvolvimento através da base comunitária, visando proporcionar envolvimento efetivo e às tomadas de decisões locais sobre o processo (LUIZA, 2007; WWF, 2003).

Diversos destinos ecoturísticos possuem a presença de “comunidades tradicionais” que vivem no interior ou entorno de UC’s há gerações (SANSOLO, 2009). As políticas públicas direcionadas aos direitos legais destas comunidades, as relações e conhecimentos que estas possuem sobre os seus territórios e as lutas e movimentos sociais que estas agregam em suas histórias, necessitam ser considerados no desenvolvimento do ecoturismo nestes destinos (LUIZA, 2007). Este contexto demonstra necessidade de estas comunidades conhecerem e refletirem sobre a atividade, tornando cientes das possibilidades de benefícios e custos individuais e coletivos que o ecoturismo pode proporcionar.

A base comunitária na construção do ecoturismo se dá através da participação dos agentes locais desde a sua concepção, planejamento, implantação, avaliação e monitoramento (SALVATI, 2003), o que pode proporcionar controle pela comunidade em seu desenvolvimento. Essa participação será expressa através dos interesses coletivos ou individuais da comunidade, podendo envolver agentes externos que influenciam no andamento do processo (LIMA, 2001).

Os conceitos, princípios e objetivos do TBC e do EBC são utopias, uma vez que consideram que as comunidades e sociedades de hoje apresentam, em muitos aspectos socioculturais, potencialidades para sua efetivação. A autora Irving (2009) evidencia que o desenvolvimento do TBC necessita do protagonismo social que se traduz no sentimento de pertencimento e no poder de decisão sobre o turismo a ser desenvolvido em seu território, reconhecendo-se como agente do processo de construção da atividade.

O modelo de participação no ecoturismo, muitas vezes, vem seguindo padrões instituídos por uma sociedade urbana que possui conhecimentos e mecanismos diferentes e muitas vezes não acessíveis às “comunidades tradicionais” brasileiras, o que pode ter dificultado e estar dificultando a efetiva participação destes, ocorrendo lacunas na compreensão e apropriação de modelos que consigam efetivar suas participações e benefícios (PESSOA; RABONOVICI, 2010).

A participação comunitária é, muitas vezes, erroneamente entendida como uma forma de beneficiar e/ou de tão somente consultar a opinião dos envolvidos. Oferecer benefícios e colher opiniões da comunidade local são elementos de uma abordagem participativa (BRANDON, 2005). Para participação, é necessário dar voz ativa à comunidade nas decisões e propiciar condições efetivas para o controle de suas próprias vidas (DEMO, 2008; SEN, 1999).

A participação é um processo democrático e sistêmico que necessita envolver grupos, motivando-os a se sentirem responsáveis e compartilharem desta responsabilidade de alcançar objetivos comuns (KUMMER, 2008).

No Brasil, os processos de construção participativa de suas políticas e ações são recentes, sendo a descentralização um marco referencial (SANSOLO, 2009). Teve início nos anos 1990, tendo como principal fator político o movimento denominado “municipalismo”, de um lado e as concepções da gestão participativa oriundas de diversos movimentos sociais, de outro.

Para Junqueira (1996), a descentralização apresenta influências ideológicas de dois paradigmas: o neoliberalismo que a observa como oportunidade de diminuir o poder e a atuação do Estado e criar oportunidade de bons negócios para iniciativa privada através da prestação de serviços que antes eram executados pelos governos; e a gestão participativa que a vê como oportunidade para efetivar ações de co-responsabilidade e cidadania.

Cabe ressaltar que o processo de participação perpassa por uma gama de fatores que não permitir ou impedir que ele aconteça. A sua construção vem exigindo uma mudança de gestão. Não mais um enfoque paternalista, mas outro bem mais paritário que estimule, mobilize, organize, eduque e envolva (BANDEIRA, 1999; IRVING, 2009; PESSOA, RABINOVICI, 2010).

As “comunidades tradicionais”, que vivem nos destinos ecoturísticos, em grande parte não se encontram organizadas de acordo com os moldes adequados exigidos aos espaços ditos participativos (conselhos, fóruns, comitês, entre outros) que geralmente agrupam poder público, empresários e sociedade civil organizada. Dessa forma, pode-se pontuar como uma das principais problemáticas da participação os diferentes níveis de formação e organização dos agentes envolvidos (BENI, 2006).

A participação efetiva das comunidades necessita da criação e legitimação de instrumentos que funcionem a partir das características da organização social local, formada por uma estrutura sociocultural que permite diferenciá-las de outras comunidades e demonstra quais os fatores que realmente significam e valem para estas (GADOTTI, 2000). Considerar e aplicar essa unidade, específica de cada comunidade, na construção participativa do EBC permitirá a elas o entendimento sobre o processo e a expressão clara e objetiva dos seus interesses (KUMMER, 2008; IRVING, 2009).

Relevância Social, levando em consideração a população da Região Seridó, que se beneficiará com mais movimentação de turistas, caso as melhorias sobre as questões de higiene, poluição e proteção ao meio ambiente, através das Ações Ambientais Sustentáveis, sejam implementadas no empreendimento.

Por fim, Relevância Acadêmica, em relação à disposição de conteúdos para futuros estudos e comparações de resultados por parte dos estudantes dos mais variados cursos, em especial de Turismo.

Considerações finais

A academia, a sociedade civil organizada e o Estado já há algumas décadas vêm debatendo o desenvolvimento do ecoturismo. Nessa discussão existe um consenso de que é necessário um tipo de turismo que vise promover o uso sustentável das áreas naturais; a geração e distribuição de benefícios aos grupos envolvidos e o protagonismo comunitário. Estes debates e consensos resultaram na construção de políticas públicas direcionadas ao fomento de um turismo e ecoturismo que tenha em seus objetivos principais a participação comunitária no seu desenvolvimento. Agentes que corroboram com este consenso vêm atuando em arenas que visam defender a implantação de um TBC

e EBC que possibilitem às comunidades em situações vulneráveis tomarem decisões e direcionarem o turismo em seus territórios.

As comunidades consideradas “tradicionais” no Brasil não são um grupo único, cada agrupamento humano possui características socioculturais específicas que precisam ser considerados e respeitados nas arenas onde se decidem políticas e planos direcionados ao turismo.

A participação efetiva de comunidades nestas arenas depende das relações de variáveis que transitam na organização social comunitária e na interpretação e interesses que os agentes envolvidos possuem sobre o que é proposto ou tratado, no caso deste artigo o desenvolvimento do ecoturismo.

Sugere-se que o desenvolvimento do EBC em áreas naturais com presença de comunidades seja através de um processo participativo concebido junto a estes grupos. Este processo precisa ser construído em um alicerce estruturado a partir da organização social local.

A organização social pode ser compreendida a partir do histórico sociocultural e sociopolítico da comunidade e o modo de vida local, uma vez considerados os seguintes aspectos: territorialidade, tradições e costumes, percepções coletivas e individuais. Outro aspecto importante durante o processo são as relações de interesses entre os agentes comunitários e destes com os agentes externos (poder público, empresas, sociedade civil organizada e outros) no desenvolvimento do EBC na comunidade, considerando conflitos e consensos.

A organização social, as relações de interesses e a qualidade dos espaços criados para diálogos e tomadas de decisões são os fatores que irão direcionar a construção do EBC em áreas naturais com presença de comunidades que possuem uma grande importância no histórico sociocultural destas localidades. Ressalta-se que este processo, que envolve participação e interesses, exige distribuição de poder fazendo com que o atual paradigma predominante nas sociedades e o seu conceito de desenvolvimento seja repensado.

O EBC considerando os seus princípios e objetivo de se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável de comunidades “tradicionais” em seus territórios, precisa ser observado como um caminho que necessariamente irá provocar reflexões sobre o atual paradigma predominante do desenvolvimento, tendo como opção para sua viabilidade o rompimento com padrões impostos e homogêneos e o fortalecimento e/ou transformações de um processo endógeno.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Silvana Miceli de. Artífício e autenticidade: O Turismo como experiência Antropológica. In: BANDUCCI JR. Álvaro; BARRETO, Margaritta (Orgs.). Turismo e identidade local. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BEZERRA, Fabrício Dantas. Entrevista Informal. Entrevista concedida à Mayara Ferreira de Farias. Acari, RN. Julho de 2010.

BRAGA, Debora Cordeiro. Planejamento turístico: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia. São Paulo: Ed. USP, v. 43, n. 1, p. 145 – 182. 2000.

BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e descobrimento regional. Brasília: IPEA, 1999.

- BENI, M. C. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.
- BOFF, L. Princípio-terra: volta á terra como pátria comum. São Paulo: Ática, 1995.
- BOMFIM, N. R. Noção social de território: em busca de um conceito didático em geografia - a territorialidade. Ilhéus: Editus, 2009.
- BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKINS (Org). Ecoturismo um guia para planejamento e gestão. Tradução de Leila Cristina de M. Darin; revisão técnica de Oliver Hillel. 5. ed. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2005, p. 223-252. Título original: A guide for planners and managers.
- BRASIL. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. BARROS.M.S.; PENHA.L.H.D (coord). Brasília: EMBRATUR e MICT/MMA, 1994.
- _____. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n^o 4.340, de 22 de agosto de 2002. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 2002.
- _____. Decreto N^o 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, p. 316 – 317, 8 fev. 2007. Seção 1.
- CARVALHO, S. V. C. B. “Manifestações Culturais”. In: GADINI, S. L.; WOLTOWICZ, K. J (Orgs). Noções básicas de folkcomunicação. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 64-66.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. Introdução: O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS (Org). Ecoturismo um guia para planejamento e gestão. Tradução de Leila Cristina de M. Darin; revisão técnica de Oliver Hillel. 5 ed. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2005, p. 23-30. Título original: A guide for planners and managers.
- CHAMBERS, R. Sustainable livelihoods. [S.l.]: Institute of Social Studies. University of Susses, 1986.
- CLAVAL, P. “A geografia cultural: o estado da arte”. In: ROSENDAHL, R.; CORRÊA, R. L (Orgs). Manifestação da cultura no espaço. Coleção geografia cultural. Rio de Janeiro: Ed: UERJ, 1999, p. 58 – 97.
- DEMO, P. Politicidade da educação e/ou aprendizagem reconstrutiva política. [S.l.]: Prof. Pedro Demo – Blog, 2008. Disponível em: <http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/pproma.html>. Acesso em: 1 out. 2010.
- DIEGUES, A. C. Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.
- _____. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- FONTES, M.A.; VITORINO, M.R.; FILETTO, F. Introdução ao turismo responsável. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.
- FURTADO, C. O Mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. Pedagogia da terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Tradução de Fanny Wrobel; revisão técnica Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. Título original: The Interpretation of cultures.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.
- HALL, S. A Identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2007. Título original: The question of cultural identity.

HANDLER, R.; LINNEKIN, J., "Tradition genuine or spurious". *Journal of American Folklore*. [S.l.: s.n.]. v. 97, n. 385, p. 273-290. 1984.

HOBBSAWN, E. J.; RANGER, T. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: paz e terra, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR; INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL - IEB. Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo nas Regiões Sul e Centro-Oeste. Brasília: Terragraph, 1999.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I (Org). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e imagem, 2009. p. 108–121.

JUNQUEIRA, L. A. P. A descentralização e a gestão municipal da política de saúde. *Ciência e saúde coletiva*. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 1, n. 1, p. 21-22. 1996.

KUMMER, L. Metodologia Participativa no meio rural: Uma visão interdisciplinar. *Conceitos, Ferramentas e Vivências*. Salvador: GTZ, 2008.

LEA, M. S. et al. As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações. Gland – Suíça e Cambridge – Reino Unido: IUCN, 2006.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre: [s.n.]. Ano 12, n. 25, p.31-64, jan./jun. 2006.

LIMA, R. B. O Princípio da Participação em Gestão Ambiental: A fronteira entre gerir e gestar. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2001, Belém. *Anais...*, Belém: [s.n.], 2001. p. 1–24.

LUIZA, A. L. Ecoturismo indígena. Quito – Equador: Abya -Yala, 2007.

MATTOS, F. F. Ecoturismo e inclusão social na RESEX Marinha do Delta da Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I (Org). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e imagem, 2009. p. 277–301.

MENESES, M. P. G.; NUNES J. A. E.; SANTOS, B.S. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S (org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 357-391.

MTUR; AVT/IAP; NT/USP. Caminhos do futuro – ecoturismo. São Paulo: IPSIS, 2007.

PESSOA, M. A.; RABINOVICI, A. Inserção comunitária e as atividades de turismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A (Org). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 105 – 123.

PIRES, P. S. Dimensões do Ecoturismo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

POLES, G.; RABINOVICI, A. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A (Org). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 1–14.

ROBINSON, J. et al. Defining a sustainable society: values, principles and definitions. In: University of Waterloo. *Alternatives: perspectives on society, technology and environment*. Waterloo, Ontario: University of Waterloo. v. 17:2.1990. p. 36-46

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALVATI, S. S. Planejamento do ecoturismo. In: MITRAUD, S. (Org). Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003, p. 33-88.

SANSOLO, D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I (Org). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e imagem, 2009. p. 122-141.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Título original: Development as Freedom.

URRY, J. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 2001. Título original: The Tourist Gaze: Leisure and travel in contemporary societies.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIANNA, L. P. De invisíveis a protagonistas: comunidades tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

WWF BRASIL. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.